

Universidade brasileira: um legado dos tempos medievais

Brazilian university: a legacy of the medieval times

Márcia Eliane Fernandes Tomé*

Durante muitos séculos predominou a ideia de que a Idade Média teria sido o intervalo de ignorância entre a Antiguidade Clássica e o reaparecimento do culto das belas-artes, no fim do século XV e começo do século XVI. Até mesmo a maneira como se denominam os dez séculos que separam a queda do Império Romano do Ocidente (476) da conquista de Constantinopla pelos turcos otomanos (1453), parece identificar como características próprias desse período a mediocridade e a mediação. Mediação que comporta em si conotações negativas: a Idade Média seria a “idade das trevas”, “a longa noite dos mil anos”, tempo no qual a civilização ocidental teria permanecido em estado de inércia, submersa em sangue, ignorância e fanatismo religioso.

A crítica que se fazia ao pensamento científico e filosófico desse período é que ele seria marcado pelo “obscurantismo” e o único mérito de seus pensadores teria sido o de preservar, ainda que insatisfatoriamente, o pensamento antigo, cujo desenvolvimento foi retomado no Renascimento, que preparou o advento das “luzes” do iluminismo.

O estigma da Idade Média, como período execrável da história da humanidade, tem sofrido várias críticas por parte da historiografia, que vem tentando recuperar as contribuições que a época medieval ofereceu à posteridade. A partir de então se afirma que muitas dentre as mais nobres e melhores produções dos tempos modernos originaram-se no mundo medieval e nasceram do espírito desses tempos.

Comunicação recebida em setembro de 2008 e aprovada em outubro de 2008.

* Graduada e pós-graduada em Filosofia pela PUC Minas, mestranda em Ciências da Religião pela PUC Minas, e-mail: fernandestome@ig.com.br.

De acordo com Alain de Libera, há muitos mundos medievais e uma pluralidade de centros, a história da filosofia medieval é a história de uma diversidade cultural e para entendê-la seria necessário esticar todo pano de fundo do Ocidente ao Oriente e do Oriente ao Ocidente, do sul ao norte e do norte ao sul.

Portanto, o pensamento medieval só se torna compreensível e adquire identidade, quando associado às condições históricas em que floresceu. Com a decadência do Império Romano do Ocidente, a igreja foi praticamente a única instituição que se manteve estruturada, tomando para si a tarefa de preservação e expansão da cultura. Desde a Patrística os pensadores cristãos nutriam-se primordialmente de textos. Primeiramente de textos sagrados, uma vez que o cristianismo é uma religião revelada. Em seguida, de textos dos padres escritores, cuja autoridade era unanimemente aceita e finalmente dos textos antigos progressivamente teologizados.

Uma das características desse período foi sem dúvida as traduções e comentários das obras disponíveis. Os intelectuais dessa época debruçavam-se atentamente sobre esses escritos, traduzindo-os de uma língua desconhecida para outra, acrescentando-lhes comentários que atualizavam suas problemáticas (refletiam sobre as formas de pensar, sobre a criação do mundo, sobre os tipos de ciência etc.). Muitos desses trabalhos se perderam, mas alguns deles nos chegaram e são suficientes para atestarmos sua importância para o pensamento moderno.

Outra característica marcante desses séculos, que contribuiu para a renovação intelectual foi a penetração de novas fontes trazidas pelos árabes. Os árabes conheciam a ciência grega em textos originais ou traduções siríacas. Do trabalho de tradução, assimilação e criação dos árabes produziu-se um conjunto de conhecimentos que, difundidos na Europa, abalaram irreversivelmente as bases do pensamento medieval. Uma das mais notáveis contribuições desse momento foi sem dúvida a divulgação da física e da metafísica aristotélica. Outras obras também foram postas à disposição dos estudiosos: Os **Tratados de matemática e astronomia** como **Os Elementos de Euclides** e o **Almagesto** de Ptolomeu.

Mas é a partir do século XII que profundas mudanças irão repercutir sobre a mentalidade dos séculos posteriores de maneira considerável. O desenvolvimento do comércio e o crescimento das cidades provocaram o deslocamento da vida escolar exercida nos mosteiros

para as escolas urbanas ou catedralícias. Com isso o trabalho intelectual deixa de ser exercido no claustro e passa a ser realizado perante um público questionador.

Para Aldo Janotti (1992, p. 66), “o renascimento do comércio foi um fato capital na história da Idade Média. Com ele, houve o aumento das comunicações internacionais, provocando benefícios, não apenas no campo econômico, como também no espiritual”.

O que o autor quer salientar é que, com a intensificação das relações comerciais entre civilização cristã e civilização árabe, agora não mais como guerreiros, e sim como missionários, sábios, comerciantes etc., intensificaram-se as traduções, que revelaram a existência e a importância de um mundo cultural (científico-greco-árabe) até então desconhecidas. O comércio e as relações, das mais variadas naturezas inerentes a ele, irão se encarregar de disseminá-las pela Europa.

Por outro lado, o renascimento das cidades e, com ele, o aparecimento de uma nova classe social, a burguesia, realizaram profundas modificações na organização da vida política, espiritual, social e econômica. As cidades se tornaram lugares de concentração, não somente para a troca internacional de mercadorias, mas também para as comunicações intelectuais e a discussão de ideias que irão repercutir na vida escolar.

Diante desse quadro, das instituições que a Idade Média nos deixou, a universidade foi a grande realização da esfera cultural. Isso porque sua organização e seus estudos afetaram o desenvolvimento e o progresso intelectual da Europa. Nas universidades é que se encontram os fundamentos de nosso mundo moderno; nelas cresceu o hábito do pensamento disciplinado, seguido pela investigação sistemática, que tornou possível o surgimento das ciências naturais e a civilização técnica necessária para sociedades industriais. Nesse sentido Janotti afirma:

O aparecimento na Idade Média da universidade como estabelecimento escolar se constituiu num dos exemplos mais significativos da solidariedade que, na história da Europa ocidental, ligou a evolução da cultura intelectual e da vida do espírito às transformações da vida social, comandadas elas mesmas pela subversão do regime econômico. (JANOTTI, 1992, p. 27)

As condições que favoreceram o nascimento das universidades foram sociais e culturais, e os interesses foram da Igreja e do Estado. Ela possuía simultaneamente uma influência limitadora e libertadora. Enquanto aspecto limitador, era o baluarte da fé e da igreja, um instru-

mento dos papas, reis e ordens religiosas, que através de seus especialistas academicamente treinados, tornavam-se auxiliares valiosos para o ascendente poder da igreja e das monarquias.

Mas representavam também o lugar da liberdade, onde todas as questões eram debatidas. Como centros de debates científicos, políticos e religiosos, elas recebiam alunos de todas as partes, nos denominados *studium generale*. Esse termo era o que mais se aproximava à noção de universidade como instituição distinta de uma mera escola ou estabelecimento educacional privado: ele a princípio significava não o lugar onde todos os assuntos eram ensinados e sim o lugar onde os estudantes de todos os lugares eram recebidos. É só no início do século XIII que o termo *studium generale* vai se tornando comum e parece implicar três características: 1^a – escola que atraía estudantes de todas as partes e não apenas de uma região particular; 2^a – tratava-se de um local de educação superior (ensinava-se teologia, direito e medicina); 3^a – havia um número considerável de professores.

Já no limiar do século XIII, três *studia generalia* predominavam pelo seu prestígio: Paris, Bolonha e Salerno. Paris se destacava no ensino de teologia e artes; Bolonha em direito e Salerno em medicina.

O professor que ensinava e era admitido como membro da corporação magisterial de um desses *studia generalia*, obtinha a permissão de ensinar em qualquer universidade menos categorizada; professores de outras escolas eram submetidos a exames para ensinar nesses estabelecimentos.

A partir da metade do século XIII, verificou-se um gradual decréscimo da liberdade para fundar os *studia generalia*. Essas fundações universitárias tornaram-se uma prerrogativa do papa ou do imperador. As escolas que desejavam se colocar no nível das privilegiadas, que eram as de Paris, Bolonha e Salerno, tinham de obter do papa ou do imperador bulas de autorização, para constituir os seus *studia generalia*. Foi dessa forma que surgiu o privilégio do *ius ubique docendi*, base do sistema universitário medieval.

Só no decorrer do século XV que *universitas* e *studium generale* tornaram-se sinônimos.

O método de ensino dessas universidades correspondia a dois momentos do processo didático: a *lectio*, ou seja, a elucidação do sentido de um texto de autoridade confirmada; e a *disputatio*, isto é, a discussão de uma questão levantada pelo mestre e por ele resolvida. Esses métodos foram as ferramentas indispensáveis com as quais se edificou

o universo cultural da escolástica medieval. Pois foi através da *lectio* e da *disputatio* que a tensão entre *auctoritas* e *ratio* encontrava sua significação na busca ardente da inteligência no seio mesmo da fé. O currículo era baseado nas artes liberais (*trivium* e *quadrivium*) do direito, da medicina e da teologia.

Concomitantemente, no que concerne à universidade portuguesa, não encontramos nas origens do movimento universitário português o renascimento urbano como condição responsável pela solidariedade que ligou a evolução da vida cultural às transformações da vida social. Parece-nos que uma das causas desse fato tenha sido sua posição geográfica, na extrema periferia da Europa ocidental, onde dificilmente se comunicava com a Europa. Esse afastamento do centro da Europa, equivale à inferioridade cultural portuguesa em relação à cultura europeia.

Foi necessária uma “europeização” de Portugal por D. Diniz, monarca da dinastia de Borgonha, para a fundação da Universidade de Lisboa.

Um outro motivo da inferioridade cultural de Portugal é que, enquanto o sistema histórico europeu se deixava completamente renovar pelas poderosas influências do urbanismo, Portugal, desgarrado do sistema, insistentemente conservador, continuara comprometido com a arcaica influência do agrarismo. Sua vida econômica era tipicamente rural. Sua vida social se caracterizava como uma associação vasta de lavradores.

Desse modo, o que se percebe é que a universidade portuguesa irá se ressentir daquela condição social que esteve presente nas origens da universidade europeia, ou seja, o renascimento urbano e o renascimento cultural do século XII. Segundo Janotti (1992, p. 211), “insignificante, senão mesmo nulo, foi o papel desempenhado pela universidade portuguesa na Idade Média. (...) Portugal apresentava uma instituição universitária que quase não chegara a dar demonstração da sua real existência histórica”.

Assim, a universidade pouco contribuiu, ou melhor, nada contribuiu para a integração de Portugal no quadro da cultura europeia. Às margens do meio intelectual europeu, Portugal se lança ao mar para a descoberta geográfica do mundo, sem antes ter completado a descoberta cultural da Europa.

Ao ancorar em terras brasileiras, Portugal irá reproduzir aquele modelo educacional que era aplicado na metrópole portuguesa, basea-

do na pedagogia jesuíta, isto é, o modelo pedagógico da Companhia de Jesus, ordem religiosa da Igreja Católica.

Entretanto, antes de adentrar-nos no comentário de como foi introduzida a universidade e a filosofia no Brasil, faz-se necessário mostrar como ela surgiu na América espanhola.

A primeira universidade no continente americano foi fundada em 1538, em São Domingos (ilha onde Colombo teria tido o primeiro contato com o novo mundo). Posteriormente, em 1553, foi inaugurada no México a segunda universidade americana, com três faculdades (filosofia, direito e teologia), incluindo mais tarde a medicina, que funcionava com os mesmos privilégios da famosa Universidade de Salamanca (Espanha).

Alguns anos depois, vieram as universidades de São Marcos (Peru), de São Felipe (Chile), em Córdoba, na Argentina, e outras. Até a independência do Brasil colônia, já havia 26 universidades na América espanhola, e aqui no Brasil nenhuma.

Porém há controvérsias quanto a isso: existe um argumento que tenta explicar a ausência da universidade no Brasil nesse período, baseado na política imperialista de Portugal, que barrava o desenvolvimento superior no Brasil, com intenção de manter a colônia incapaz de cultivar e ensinar as ciências, as letras e as artes.

No entanto, dentre outros argumentos, um nos parece mais plausível. De acordo com Cunha:

É possível que boa parte dessa polêmica esteja presa à mera questão de nome: não seriam muitas das universidades hispano-americanas equivalentes aos colégios jesuítas da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, do Maranhão, do Pará? Equivalentes aos seminários de Mariana e Olinda, que nunca foram chamados de universidade? Uma pesquisa dos currículos da América espanhola poderia arrefecer boa parte do lamento da universidade tardia no Brasil. (CUNHA, 1980, p. 13)

No Brasil, os jesuítas organizaram e estruturaram os cursos em quatro graus de ensino. Como explica Cunha:

O curso elementar consistia em ler, escrever e contar e da doutrina religiosa católica, de duração não definida; o curso de humanidades, de dois anos de duração abrangia o ensino da gramática, da retórica e das humanidades, sendo realizado em latim. No curso de Artes, também chamado de filosofia, ensinava-se, durante três anos, a lógica, física, matemática, ética e metafísica. Aristóteles, como em todos os colégios, era o principal autor estudado. Esse curso conferia os graus de bacharelado e de licenciado, o curso de teologia, de quatro anos de duração,

conferia o grau de doutor. Seu currículo consistia em duas matérias básicas. A teologia moral, que tratava de questões éticas relacionadas às práticas cotidianas e a teologia especulativa, consistia no estudo do dogma católico. (CUNHA, 1980, p. 28)

Couberam aos jesuítas a estruturação e organização dos estudos, que foram fundamentados nas normas sistematizadas pela *Ratio Studiorum* (Planos de estudo).

A pedagogia da *Ratio Studiorum* consistia na regulação dos cursos, programas, métodos e disciplinas das escolas da companhia. Como argumenta Alves:

Com base no modelo acima, o ensino deveria ser organizado em dois graus: os *studia inferiora*, correspondentes, grosso modo, ao atual ensino secundário, e os *studia superiora*, correspondente aos estudos universitários. (...) a filosofia aparece, no contexto do plano pedagógico da Companhia de Jesus, nos *studia superiora*, que correspondiam ao curso de filosofia e teologia. (ALVES, 2002, p. 10)

A filosofia estudada era aquela que interessava aos projetos da Companhia de Jesus. “A Filosofia ensinada na colônia estava impregnada, tanto na forma quanto no conteúdo, pela concepção de mundo (ideologia) dos jesuítas” (ALVES, 2002, p. 10).

Os professores deveriam seguir o mesmo método de ensino, completando-se esse princípio com o da organização das matérias de modo a explorar, ao máximo, o pensamento de poucos autores (principalmente Aristóteles e Tomás de Aquino). Parece que a intenção era fazer com que os alunos tomassem contato apenas com aquelas ideias que não comprometessem o dogma católico.

Por isso as atividades docentes e discentes eram rigorosamente controladas, para não se exporem a nenhuma influência externa, nem a ideias novas que contradissem a doutrina da igreja.

Ora, não é difícil perceber que o modelo pedagógico dos jesuítas tinha estreita ligação com o projeto colonizador de Portugal. É possível afirmar que ele servia de base ético-religiosa para a dominação lusitana na colônia, para todos aqueles que buscassem maior liberdade de pensamento e de ação em sua atividade no Brasil.

Só os filhos dos proprietários, dos senhores de engenho, enfim, a elite da colônia, tinha acesso a esses cursos. Estavam excluídos desse processo os índios, os negros e os brancos pobres. Só tinham acesso aos cursos elementares e aos de humanidades, organizados pelos jesuítas para os “externos”, isto é, “para crianças e jovens não pertencentes à Companhia de Jesus” (CUNHA, 1980, p. 28). A educação superior

estava destinada só aos filhos dos senhores ricos e proprietários da colônia.

A predominância no âmbito educacional da Companhia de Jesus persiste até a Reforma pombalina (feita pelo Marquês de Pombal) sob influências do ideário iluminista, período em que os jesuítas são expulsos de Portugal e de suas colônias.

A reforma pombalina consistiu em medidas que objetivavam a independência de Portugal, economicamente subordinado à Inglaterra. Essas reformas visavam instaurar um processo de industrialização de Portugal, igualando-o à economia inglesa e tornando-o mais competitivo.

No âmbito educacional as reformas representavam o momento de abertura de Portugal às ideias iluministas e liberais. É nesse período que é criada a universidade de Coimbra. A filosofia nesse período é entendida como ciência natural, devido ao seu caráter pragmático e utilitarista, que ia ao encontro da concepção de mundo burguesa.

O tipo de educação burguesa tinha como objetivo o domínio da natureza pela ciência, através da observação e da experimentação.

No Brasil esse novo ensino irá desmontar toda a estrutura educacional criada pelos jesuítas, que consistia num plano sistematizado e seriado de estudos, fundamentado numa pedagogia consistente, a *Ratio Studiorum*. No seu lugar é introduzido o enciclopedismo, que não conseguia se estruturar num edifício cultural alternativo, ao menos na esfera do ensino.

Nesse sentido é possível afirmar que a reforma pombalina foi prejudicial para o ensino no Brasil colônia, que ficou sem uma educação escolar consistente ou equivalente àquela que estava sendo desmontada. Visto que o novo ensino deveria ser ministrado através de aulas avulsas e isoladas, sem haver necessidade de colégios que ministrassem os cursos. Segundo Alves, “a criança foi jogada fora, juntamente com a água do banho”.

Só mais tarde, Azeredo Coutinho, bispo de Olinda, irá propor uma educação alternativa àquela dos jesuítas. Era seu objetivo organizar um projeto educacional que preparasse os indivíduos para inventariar as riquezas naturais do reino, visando sua futura exploração econômica. Parece que sua preocupação era com a necessidade de domínio do mundo material, para tornar possível o desenvolvimento da indústria, da agricultura e da mineração.

Para essa tarefa era preciso formar “filósofos naturalistas” – os cientistas da época –, que se dispusessem adentrar os sertões brasi-

leiros em busca de recursos do reino mineral, da flora e da fauna para serem inventariados.

O que se percebe é que Azeredo Coutinho, enquanto esteve na direção do colégio de Olinda, direcionou os estudos de filosofia para a ciência natural: o filósofo era um especialista em ciências naturais. Os cursos de filosofia eram verdadeiros centros de estudos tecnológicos onde os futuros sacerdotes se tornavam agentes da modernização econômica, pois obtinham todo o conhecimento necessário à agricultura e à mineração.

O método de Azeredo Coutinho se filiava às ideias pedagógicas progressistas da época, isto é, à concepção pedagógica inspirada no verdadeiro método de estudar do Padre Luis Antônio Verney, que se inspirou nos pensadores que elaboraram as bases da ideologia da sociedade capitalista, principalmente John Locke. Segundo esse método, o conhecimento não deve ser retirado dos livros, nem das pessoas consideradas sábias, mas da natureza. O conhecimento sobre o mundo e sobre o homem deverá permitir maior eficiência na sua exploração. Essa era a principal função da educação ministrada no seminário.

O curso de filosofia tinha dois anos de duração, após o de Retórica. No primeiro ano estudavam-se a lógica, a metafísica, a ética e parte da física experimental (que compreendia a mecânica, a hidrostática e os princípios das máquinas).

O curso de geometria tinha duração de um ano e abrangia a aritmética, a geometria elementar, a trigonometria plana e a álgebra elementar. Não se pode afirmar se esse curso era posterior ou concomitante ao de Filosofia.

Quanto ao ensino de Teologia, Azeredo Coutinho o concebia como parcela importante na educação geral do cidadão e não apenas do sacerdote, por isso se preocupava profundamente com seu estudo, inclusive para os cursos públicos e não apenas para os eclesiásticos. A teologia era o caminho para a redenção dos cristãos e também treinamento para formar bons cidadãos, promovendo o bem temporal do estado nas colônias de ultramar.

O curso de Teologia durava três anos. Ensinava-se História Eclesiástica (1º ano), Teologia Especulativa (2º ano) e Teologia Prática (3º ano). Para ingressar nesse curso exigia-se que o aluno tivesse no mínimo 18 anos.

O calendário escolar, para todos os cursos, ia de 3 de fevereiro a 17 de dezembro. As aulas funcionavam de manhã à tarde, em geral de 8

às 11 horas e das 14 às 17 horas. Os estudantes eram submetidos a exames no final do ano. O exame era oral, perante banca de professores. As teses eram sorteadas 24 horas antes.

Apesar de o objetivo do ensino no seminário ser o de produzir cidadãos seguidores dos deveres cristãos e das obrigações da sociedade, a principal preocupação era com a formação dos sacerdotes, que além das atribuições religiosas, eram pesquisadores e difusores de conhecimento.

Mas o que se percebe, de acordo com Alves, é que,

o seminário, no período em que esteve sob orientação dos Estatutos organizados pelo bispo Azeredo Coutinho (1800-1836), teve participação na formação de algumas das lideranças políticas do próximo período, por exemplo, os líderes da Revolução Pernambucana de 1817, e parece haver consenso de que ele formou senão os proclamadores da independência, em 1822, pelo menos os precursores. (CUNHA, 1980, p. 61)

Isto demonstra, em certa medida, já haver no período pombalino a influência de ideias novas na colônia brasileira, vindas da Europa, que aos poucos irá solapar as ideologias da Igreja e da monarquia, hegemônicas desde os primórdios do Brasil colônia, cedendo terreno para a ideologia liberal que irá fundar mais tarde a República do Brasil. (ALVES, 2002, p. 18)

Parece-nos possível afirmar que, apesar da introdução de um modelo universitário inferior no Brasil em relação aos centros universitários europeus, a universidade brasileira desde o início tem buscado construir sua identidade própria.

Para consolidar sua identidade, a universidade brasileira precisa criar raízes, a partir de experiências anteriores, estruturar-se e colocar-se diante da sociedade – não apenas como sua representação, mas também como antecipadora de solução de muitos de seus problemas.

Dessa forma podemos afirmar que, agindo assim, ela conseguirá romper com o peso de sua origem portuguesa e ocupar um lugar de relevo na galeria das grandes universidades, que tiveram sua origem na Idade Média, como Bolonha, Paris, Oxford e que até hoje são os grandes modelos de universidades nascidas naquele tempo.

Sobre esse assunto, que trata do processo de formação da universidade brasileira, do seu percurso e de seu desdobramento, que não se restringem à formação do estudante, mas que também giram em torno do bem-estar social, há ainda muito para se dizer.

Mas, por ora, julgamos suficiente ressaltar nesta pesquisa, que a universidade brasileira, oriunda dos tempos medievais, deve manter as características peculiares daquelas universidades fundadoras, a saber,

a valorização das Artes, Letras, Filosofia, Direito e Medicina, e o relacionamento com a cidade que definia por conta da divisão do trabalho, a variedade dos ofícios e propiciava a vinculação profissional. Mas, por outro lado, precisa ser moderna na valorização das artes técnicas como a Engenharia e a Arquitetura e ainda precisa ser contemporânea nas ciências da mente e no desenvolvimento de projetos de inclusão social.

O certo é que o papel da universidade no século XXI é cada vez mais complexo, devido à complexidade cada vez maior das sociedades. Oxalá o seu comprometimento com o social a leve para além do seu sentido fundador de *universitas* – corporação de ofício/cidade.

Referências

ALVES, Dalton José. **A filosofia no ensino médio**: ambigüidades e contradições na LDB. Campinas: Autores Associados, 2002.

CUNHA, Luis Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

JANOTTI, Aldo. **Origens da universidade**. São Paulo: Edusp, 1992.

LIBERA, Alain de. **A filosofia medieval**. São Paulo: Loyola, 1998.

VERGER, J. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: Unesp, 1990.